



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO COMO DESAFIO PARA A GESTÃO  
DO COLEGIO MUNICIPAL PROFESSOR OLÍMPIO DOS SANTOS**

**SEBASTIÃO GUIMARÃES CORTES**

**BELO HORIZONTE, 2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO COMO DESAFIO PARA A GESTÃO  
DO COLEGIO MUNICIPAL PROFESSOR OLÍMPIO DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Dra. Regina Auxiliadora de Barros Souza.

**BELO HORIZONTE, 2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

SEBASTIÃO GUIMARÃES CORTES

## **A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO COMO DESAFIO PARA A GESTÃO DO COLEGIO MUNICIPAL PROFESSOR OLÍMPIO DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar:

---

Prof. (orientadora) – UFMG

---

Prof. – UFMG

Belo Horizonte, .....de ..... de 2013

## RESUMO

Este estudo tem como foco analisar a efetivação da inclusão como desafio para a gestão do Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos (CMPOS). Tema de grande relevância a inclusão tem sido proposta como forma de reconhecimento das dificuldades, potencialidades e habilidades de todo e qualquer ser humano, cabendo à instituição escolar proporcionar formação integral a todos que dela necessitam. Adotada a metodologia de revisão bibliográfica através de consulta em livros, teses, dissertações, artigos científicos, sítios da internet e Projeto Político Pedagógico (PPP) do CMPOS, o estudo utilizou-se de referencial teórico e observação da gestão da referida escola consolidando que para o gestor efetivar o processo de inclusão são necessárias várias estratégias, sobretudo a mudança de paradigma promovida por todos os atores que compõe a comunidade escolar em especial o setor pedagógico.

Palavras Chave: Inclusão. Mudança de Paradigma. Projeto Político Pedagógico.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 Desafios para o gestor na perspectiva de inclusão escolar.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 A gestão da escola na perspectiva inclusiva.....</b>	<b>9</b>
<b>3 O PPP E ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO NO CMPOS .....</b>	<b>12</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>15</b>
<b>ANEXOS: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....</b>	<b>17</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise da efetiva inclusão como desafio para a gestão do Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos (CMPOS) do Município de Patrocínio-MG. Este desafio parte da realidade do contexto social que vem, ao longo do tempo, discriminando os diferentes e dificultando seu crescimento como cidadãos. Sendo a escola um recorte desta sociedade, o mesmo comportamento de exclusão se reflete dentro dela, principalmente, no campo pedagógico.

Assim, a exclusão escolar tem se manifestado de diversas maneiras, nenhuma menos perversa que a outra, o que tem provocado constantes discussões nos meios acadêmicos. Contrário a isso, a proposta de inclusão sugere uma profunda transformação da escola que deverá oferecer atendimento com qualidade a todos os alunos, independente das dificuldades ou facilidades que estes possam apresentar, ou seja, não importa o talento, a deficiência, origem socioeconômica ou cultural, a escola deve prover a todos que dela necessitam.

No entanto, dentro da proposta inclusiva, o gestor se depara com inúmeros desafios e problemas que precisam ser superados, sendo que este processo deve iniciar-se na construção ou reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP), que deverá apresentar respaldo legal para o desenvolvimento de práticas que atendam a inclusão, principalmente, na sua organização pedagógica.

Neste sentido, o processo deve ir além da aceitação que surge como uma imposição legal e caminhar para sua definitiva efetivação, na qual todos assumam compromissos com o processo, além de adaptações dos espaços físicos; ampliação de recursos didáticos; aprimoramento dos métodos de ensino-aprendizagem, através de formação continuada dos professores; reformulação nos sistemas de avaliação; forte campanha com a comunidade escolar e, sobretudo, reformulação da estrutura organizacional pedagógica direcionando-a para o entendimento das diferenças.

Desta forma, o presente estudo se justifica, pois, enfatiza a necessidade de mudanças de paradigma para bases mais justas e democráticas na formação das futuras gerações que estão sendo aprimoradas no CMPOS, entendendo que o ponto de partida para essa mudança, inclusiva, deve partir do Projeto Político Pedagógico

em sua estruturação pedagógica e caminhar para a prática cotidiana da inclusão na escola.

Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo apresentar caminhos para que o gestor possa superar os desafios, principalmente os de ordem pedagógica, na efetivação do processo de inclusão no Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos, tendo como ponto de partida a reformulação da estrutura organizacional pedagógica presente em seu Projeto Político Pedagógico. Para tal, o estudo busca refletir sobre o processo de inclusão nas escolas do Brasil, procurando apresentar seu percurso histórico; identificar, criticamente, os reais problemas que dificultam a inclusão na escola e apresentar formas que possam facilitar a estruturação pedagógica para a educação inclusiva no CMPOS.

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

A educação especial no Brasil não é recente, surgiu, ainda, no séc. XIX quando alguns estudiosos brasileiros, inspirados por experiências concretizadas nos Estados Unidos da América e países europeus, buscaram organizar algumas ações que pudessem atender as pessoas com deficiências físicas, mentais ou sensoriais (DOMINGOS, 2005, p. 47). Importante lembrar com Mazzotta (1996, p. 29) que, não obstante a importância destas iniciativas, elas não faziam parte das políticas públicas da educação. Para o autor, foi preciso passar um século para que a educação especial se tornasse componente do sistema educacional.

Entre essas primeiras iniciativas até os dias de hoje, a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos pautados pelo assistencialismo, pela visão segregacionista e por uma segmentação das deficiências, fato que contribui, ainda mais para que a formação escolar e a vida social das pessoas com deficiência aconteçam em um mundo à parte (DOMINGOS, 2005, p. 48).

Exemplo disso, são as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), instituição que, não obstante a importância gigantesca de suas ações, por muito tempo contribuiu para esse isolamento, normalmente, justificando-se pela excesso de proteção dos pais, pois, na escola regular seus filhos, “especiais”, poderiam sofrer com a discriminação.

Contrária a esta política de isolamento e segregação, o período de redemocratização do país iniciado nos anos de 1980, tem seu ápice com a promulgação da Constituição Federal em 1988 que estabelece, dentre outras prerrogativas, a educação para todos abrindo espaço para em 1996 sancionar a Lei 9.394/96 (LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que assegura a todos o acesso e permanência na escola, destinando todo o capítulo V à educação especial, definindo-a como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1994, p. 24).



Este avanço legal encontrou bases e tendências mundiais para sua efetivação, pois, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos<sup>1</sup>, celebrada em 1990, em Jomtiem, na Tailândia e a Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades especiais, em 1994, na Espanha, o assunto envolvendo o tema foi largamente discutido (OLIVEIRA; POKER, 2002, p. 233).

Consideração importante a respeito da Conferência Mundial sobre Educação para todos é a de Oliveira (2004, p. 15) que a vê como marco notório na formulação de políticas públicas para educação na década de 1990. Para a autora, todos os problemas relacionados ao processo ensino-aprendizagem passam a ser admitidos. Todavia, Domingos (2005, p. 54) considera que os avanços não se direcionaram exclusivamente ao público especial, mas, a todas as crianças que se encontram em dificuldades econômicas. O que não deixa de ser, também, um processo de inclusão.

Esse conceito de inclusão, elaborado em Jomtiem e Salamanca, fundamenta-se em um sistema de valores que faz com que todos se sintam acolhidos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a etnia, a linguagem de origem, a formação social e o nível de aquisição educacional (DOMINGOS, 2005, p. 55).

Desta forma, acolhimento é a expressão que apresenta profundo significado quando se fala em diversidade, pois, somente a partir desta perspectiva, ou seja, alguém que acolhe é que a gestão encontrará subsídios para efetivação da inclusão. Pois, conforme enfatizam Dutra et al. (2006, p. 8), a escola, historicamente, tem se caracterizado pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social a qual as novas tendências democráticas se opõem.

Para Beyer (2006, p. 57) o rompimento com este processo virá quando todos os atores pertencentes à escola se conscientizarem e se envolverem no processo de inclusão, do contrário, as propostas para educação inclusiva não serão efetivadas, não obstante o professor desenvolva a prática inclusiva em sala de aula com todos os requisitos necessários para a mesma os alunos podem se deparar com situações

---

<sup>1</sup> Conferência que reuniu os países em desenvolvimento para traçar metas acerca dos excluídos de seus sistemas de ensino, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, de gênero, etnia ou religião. (CARVALHO, 2001, p. 46).

constrangedoras, fora do alcance do professor, que venham contribuir para a exclusão.

Desta forma, professores, família, coordenação pedagógica e gestores devem participar das práticas inclusivas, já que o objetivo é fazer com que as escolas atendam a todos sem discriminações é necessário que todos os alunos tenham participação em todas as atividades da escola sem interferência de suas características individuais (MANTOAN, 2008, p. 87).

## 2.1 Desafios para o gestor na perspectiva de inclusão escolar

Inúmeros são os argumentos que insistem em rejeitar a inclusão no ambiente escolar. Tradicionalmente, a escola vem carregando o estigma de local homogeneizado, com padrões que diferenciam o bom aluno do aluno considerado ruim, não deixando de ressaltar que aluno ruim é aluno que não aprende e que atrapalha os considerados bons.

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas de ensino regular se justificam, na maioria das vezes, pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais (FÁVERO; PANTOJA e MANTOAN, 2004, p. 30-31).

Assim, fica claro que a escola necessita se redefinir e buscar novas alternativas dentro de novos e arrojados conceitos pedagógicos para que todos os alunos sejam beneficiados, independente de suas dificuldades ou facilidades educacionais. Cabendo ao gestor a criação de espaços para que a equipe pedagógica promova a atualização e desenvolvimento de metodologias educacionais compatíveis com a inclusão.

## 2.2 A gestão da escola na perspectiva inclusiva

Construir e por em prática uma pedagogia comum a todos os alunos da classe escolar capaz de atender educandos cujas características de aprendizagem requeiram uma metodologia diferenciada, livre de preconceitos e estigmas, talvez

seja um dos maiores desafios no processo ensino-aprendizagem (BEYER, 2006, p. 76). Nesta perspectiva, as funções do gestor na implantação do processo inclusivo são fundamentais, pois, toda a estrutura organizacional da escola parte de suas ações, iniciativas estas, que irão mobilizar toda a comunidade escolar para o foco da inclusão.

Tendo em vista a reformulação da gestão pedagógica como estratégia de inclusão Lück (2009, v.1, p. 95) considera que dentro da gestão escolar, gerir o pedagógico seja a tarefa mais importante, uma vez que esta se relaciona diretamente com a aprendizagem e formação dos alunos. Para o autor, todo o foco das demais ações no ambiente escolar converge para a gestão pedagógica, ela é a atuação sistemática e intencional que promove a formação e a aprendizagem dos alunos em toda a plenitude que se deseja, tanto na formação acadêmica quanto na sua construção cidadã.

Desta forma, o gestor deve viabilizar ações para que a proposta de educação inclusiva ganhe novos significados para uma nova construção de culturas inclusivas. Nesta perspectiva, o gestor irá promover uma articulação com o currículo “em torno da avaliação, procedimentos metodológicos, conteúdo e aprendizagem, bem como com o fazer pedagógico” (TEZANI, 2004, p.44). Entendendo que o fazer pedagógico pode ser visto como a operacionalização dos elementos escolares, em relação à construção coletiva que irá legitimar os objetivos educacionais voltados para as práticas inclusivas.

Isso promoverá profundas mudanças no ambiente escolar como um todo, mudar a escola não é tarefa fácil, exige que seja feito em vários aspectos sendo os primordiais.

Colocando a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam; garantindo tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência; garantindo o atendimento educacional especializado, preferencialmente na própria escola comum da rede regular de ensino; abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela tarefa fundamental da escola - a aprendizagem dos alunos (FÁVERO; PANTOJA e MANTOAN, 2004, p. 31).

Para tal, antes de quaisquer ações, é necessário que o gestor, realmente, se conscientize do processo de inclusão escolar, pois, ao direcionar o trabalho com vistas à educação inclusiva o gestor faz com que toda a sua equipe passe a vivenciar a diversidade assumindo a responsabilidade na condução do processo, que é irreversível.

Penaforte (2009, p. 38) considera que desenvolver estratégias que possam responder as diversas situações de aprendizagem constitui-se em grande desafio para quem está gerindo o processo. Para a autora, o gestor terá que, além de estabelecer diagnósticos das possíveis necessidades dos professores, encontrar caminhos viáveis que contribuam com a prática inclusiva do professor, além de possibilitar a aprendizagem dos alunos seja quais forem as suas necessidades.

[...] o gestor pedagógico pode contribuir com a prática dos professores, ajudando-os desenvolver habilidades e estratégias educativas adequadas às necessidades de cada aluno respeitando a potencialidade e dando respostas adequadas aos desafios apresentados pelos alunos, a partir de análises reflexivas (GIL, 2005, p. 5).

Isso pode ser feito através da elaboração de currículos dinâmicos, flexíveis e que possam ser adaptados conforme as necessidades físicas e sociais dos alunos. Além do estabelecimento de apoio ao trabalho compartilhado entre professores, especialistas e comunidade escolar, promovendo reuniões onde se possa refletir em relação à inclusão.

### **3 O PPP E ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO NO CMPOS**

No PPP do CMPOS em seu capítulo que trata da estrutura organizacional pedagógica estabelece que seja papel do gestor e da equipe pedagógica o acompanhamento das atividades docentes, apoiando e incentivando a utilização dos diversos materiais disponíveis na escola para o desenvolvimento dos alunos. Além de elaborar propostas para os estudos monitorados no auxílio aos alunos que, por ventura, não consolidaram as capacidades propostas para cada ano.

No que se refere à dimensão pedagógica o PPP da referida escola abre espaço a discussão sobre o processo inclusivo, pois, menciona a eliminação da cultura da reprovação e da educação para uma minoria elitizada, buscando romper com barreiras tradicionais e direcionando-se como instrumento teórico metodológico que norteará o trabalho do professor visando à aprendizagem do aluno com flexibilidade conforme o desenvolvimento do mesmo.

Neste sentido, Azevedo e Cunha (2008, p. 68), falam da importância do trabalho participativo no processo educacional inclusivo, não cabendo apenas ao professor desenvolver todo o processo. Para os autores, o gestor terá que promover momentos de discussões onde se possa construir a aprendizagem, pois, cada um possui consciência de suas atitudes na busca da construção do processo coletivo para que aconteça justiça social.

É, justamente, nesta perspectiva que se pretende direcionar o trabalho de conscientização para efetivação da inclusão no CMPOS. Embora o PPP abra espaço para esta efetivação, o que se percebe é que, por parte da grande maioria dos profissionais envolvidos, ainda vigora a ideia de segregação dos alunos considerados fora dos padrões normais. O termo “menino de APAE” é, ainda, constantemente, utilizado para classificar o diferente.

Outro fator, mencionado no referencial teórico, refere-se à alegação dos professores, de modo geral, não terem recebido, durante sua graduação, formação específica para trabalharem com alunos com necessidades educacionais especiais. O que não justifica a rejeição, ao considerar que nenhum pai e nenhuma mãe antes de seus filhos com necessidades especiais nascerem tiveram qualquer tipo de

formação para lidar com a situação, pelo contrário, vão aprendendo e se aperfeiçoando durante o processo de criação de seus filhos.

Esse tipo de argumentação brotou em um dos momentos de discussão sobre o processo inclusivo, proposto como pauta de todas as reuniões pedagógicas no CMPOS. Sendo que, após vários e acalorados debates e estudos sobre o tema estão todos aos poucos se conscientizando que aluno ideal, é o aluno que se tem, com todas as dificuldades e facilidades que lhe são inerentes, cabendo à escola o dever de conduzi-lo para o máximo de seu potencial como acadêmico e principalmente como cidadão.

Consciente de sua ação no processo, a gestão do CMPOS tem se envolvido na organização de reuniões pedagógicas, procurando desenvolver ações relativas à acessibilidade universal, modificações e aprimoramento do currículo, além de envolver profissionais externos com palestras e seminários procurando dar suporte aos professores e às atividades programadas para este fim. Somado a isso, a gestão do CMPOS tem procurado exercer liderança ativa, incentivando o desenvolvimento profissional da equipe pedagógica e melhorando a relação entre o Colégio e a Comunidade. Desta forma, a gestão do CMPOS tem definido os objetivos; estimulando à capacitação de professores; fornecido apoio às interações e a processos que se enquadram dentro da proposta inclusiva; e ainda, disponibilizado recursos para que os alunos sejam atendidos em suas necessidades educacionais.

Assim, dentre várias ações como reuniões com a equipe pedagógica, adaptação de salas e corredores, aquisição de materiais pedagógicos e, sobretudo, conscientização da comunidade escolar surgiu a proposta interdisciplinar de se tratar o foco da inclusão em todos os conteúdos, a exemplo da educação física que deixa de privilegiar o mais forte, o mais hábil, o mais veloz, para evidenciar o mais solidário e o mais participativo, aparecendo como um trabalho coletivo que pode mudar o paradigma, historicamente, construído da busca do aluno “ideal” para transformar o CMPOS em escola ideal que atenda a todos sem distinção alguma, conforme enfatiza seu PPP.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo sobre a efetivação da inclusão como desafio para a gestão do Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos, trouxe inúmeras aprendizagens. Uma delas é que não se muda os conceitos arraigados por gerações inteiras do dia para noite, mas, sim com determinação, perseverança e plena consciência que se está no caminho certo, ou seja, o caminho de conquista de direitos, democrático, humano e solidário, o caminho que não elege uma elite que se sobreponha aos demais, pelo contrário, vai ao encontro daqueles que mais necessitam de apoio para os auxiliarem a superar suas dificuldades.

É pertinente apontar, a partir das vozes dos renomados autores que deram sustentação ao referencial teórico que a transformação da sociedade, para condições mais humanas e justas só se dará a partir da educação, pois, ao redefinir a escola para condições universais de acessibilidade, conduz-se, também, toda a sociedade futura para este fim.

Assim, acredita-se que, com esta investigação, tendo relacionado a importância do trabalho do gestor frente ao desafio da inclusão nas vozes de respeitados autores, se possa avançar não apenas para um maior entendimento sobre gestão e inclusão escolar, mas, principalmente ter provocado nos sujeitos, uma retomada de sua real função no ambiente que o cerca. Mais do que isso, ter talvez contribuído para saírem de uma condição de expectadores de uma realidade imutável para caminhar como potenciais transformadores.

## REFERÊNCIAS

**AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. da. Gestão escolar e educação inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola.** Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP. v. 18, n.31, jul.-dez.-2008, p.53-72. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2204/1929>. Acesso em 03 de setembro de 2013

**BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In: BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

**BRASIL.** Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: **Senado**, 1988. 168p.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: **Diário Oficial**, n. 248, de 23/12/1996.

**CARVALHO, R. E. Inclusão Escolar: desafios.** Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 10, 1999, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. p. 45-60.

**DOMINGOS, M. A. A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.** 372 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação – PUC Minas) Pontifícia Universidade Católica – Belo Horizonte -MG.

**DUTRA, C. L. et al. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

**FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E.** O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular / Ministério Público Federal: **Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva** (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz. . Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

**LÜCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas competências.** 2. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. v. 1. 143 p.

**MANTOAN, M. T. E. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

**MAZZOTTA, M. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.



**OLIVEIRA, A. A. S. de; POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de paraguaçu paulista.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jul.-Dez. 2002, v.8, n.2, p.233-244.

**OLIVEIRA, I. A. de. Saberes, imaginários e representações na educação especial:** a problemática ética da diferença e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

**PENAFORTE, S. A GESTÃO PARA A INCLUSÃO: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar.** 2009. 382f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

**TEZANI, T. C. R. Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão.** 2004. 238fl. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

**ANEXOS: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**



**COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR OLÍMPIO DOS SANTOS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**IARA LUCIA DE CASTRO ROMÃO  
MARIA DO CARMO DA SILVA VIEIRA  
SEBASTIÃO GUIMARÃES CÔRTEZ**

**PATROCÍNIO**

**2013**

# **COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR OLÍMPIO DOS SANTOS**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR**

**Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na sala ambiente Projeto Vivencial sob a orientação da Professora Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

**PATROCÍNIO**

**2013**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>03</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>08</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>09</b>
<b>2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....</b>	<b>09</b>
<b>2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....</b>	<b>11</b>
<b>3. CURRÍCULO.....</b>	<b>12</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....</b>	<b>18</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>21</b>
<b>7. AVALIAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>

## **INTRODUÇÃO**

Nome: Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos (CMPOS)

Localização: Área Urbana

Endereço: Avenida José Maria de Alkimim, 398

Telefone: (34) 3831-4811

Município: Patrocínio

Estado: Minas Gerais

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Patrocínio – MG

### **Missão**

Oferecer aos alunos um ensino de qualidade, proporcionando condições a formação de cidadãos versáteis e bem formados e propor uma escola que busca a garantia de bons resultados e aprendizagem eficaz.

### **Caracterização da Entidade**

O Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos iniciou suas atividades em 1953, numa escola cedida no centro da cidade – Escola Estadual Honorato Borges – sem muitas condições para oferecer aos alunos, pois não havia luz elétrica, tendo que ser iluminada com lampião. Nesse ano foi nomeado seu primeiro diretor – Fenelon Ribeiro, e Clarice Caldeira Ribeiro, sua vice.

Em 1954, o professor Franklin Botelho, foi designado diretor pela Inspeção Seccional do Ensino Secundário do MEC, em Belo Horizonte, e como vice Clarice Caldeira Ribeiro. A professora Natalia Machado, nesta mesma data, foi designada para o cargo de secretária.

No ano de 1956, foram investidos: no cargo de direção, a professora Clarice Caldeira Ribeiro; no de vice-diretor, Franklin Botelho; e Melisa Alves Nunes, como secretária.

O Ginásio Professor Olímpio dos Santos de 1º e 2º Graus, foi instalado pelo setor local da Companhia Nacional Educandários Gratuitos (CNEG) de Patrocínio, com o apoio decisivo do Prefeito Municipal daquela época – Dr. Amir Amaral. Entrou

em funcionamento com a Autorização nº 87.797.1953/55-MEC, certificando a sua primeira turma de 1º grau, em 1958.

Em 1958, foi construído o prédio do colégio, em um terreno doado pela Prefeitura Municipal de Patrocínio à Companhia Nacional de Educandários Gratuitos, pela comunidade. Também nesse ano, foi reconhecido como instituição de utilidade pública pela Lei Municipal 409 de 18.03.58.

No dia 02/03/59, foi realizada a transmissão do cargo de diretor, dando posse ao Padre Venâncio Hulselmans, da Congregação dos Sagrados Corações; tendo, contudo, a senhora Melisa Alves Nunes permanecido no cargo de secretária. Uma das grandes conquistas da época deu-se com o reconhecimento do ensino de 2º grau, com habilitação profissional de Técnico em Contabilidade, através da Portaria CEE/MG 376 de 16/11/78.

Com a Portaria/MEC 321 de 31/03/59, passou a denominar-se “Colégio Comercial Professor Olímpio dos Santos”, oportunidade em que assumiu a direção o Sr. Abdias Alves Nunes, depois de indicado pelo Diretório Municipal da Companhia Nacional de Educandários Gratuitos; ficando o professor Franklin Botelho como vice. Contudo, Abdias Alves Nunes permaneceu na direção do educandário por aproximadamente 22 (vinte e dois) anos.

Em 1981, foi nomeada diretora a senhora Veronice Pereira, sua vice Walma de Oliveira, e Maria de Lurdes Pereira, como secretária; imbuídas no intuito de regularizar toda a documentação escolar e dos funcionários, bem como realizar pequenas modificações no colégio.

No ano de 1989, foi criado o Ensino Médio Geral, pela Portaria CEE/MG 987 de 21/05/89, que por dificuldades financeiras extinguiu-se em 1990.

Em 1991, de acordo com a Lei Municipal nº 2.253/91, a Prefeitura cedeu em comodato à Sociedade Cultural de Patrocínio (ex-Campanha Nacional de Escolas da Comunidade) o antigo prédio da CNEG (Companhia Nacional de Educandários Gratuitos).

Em 1993, a Prefeitura Municipal de Patrocínio, utilizando-se da Lei Municipal nº 2182 de 27/06/90, efetuou a municipalização da Escola, requerendo junto ao Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, conforme Portaria SEE/MG 499/94 de 13/04/1994, a mudança da Entidade Mantenedora da mesma, bem como a alteração de sua denominação para “Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos de Ensino Fundamental e Médio”. Nesta época, sob a direção de João



Marques da Silva e Adailton Ferreira Sales, a escola totalmente reformada e ampliada, obteve conquistas significativas, das quais se destacaram a implantação do curso diurno, a construção da cantina, a criação da fanfarra escolar, a reestruturação do Curso de Contabilidade, bem como a criação da “Semana do Contabilista”.

Em janeiro de 1997, foram convidados pela Administração Municipal os srs. Sebastião Guimarães Cortes e Adailton Ferreira Sales para assumirem a direção deste estabelecimento de ensino.

No ano de 2005, assume a direção, João Marques da Silva e como vice-diretor assume Paulo Moreira Arantes, até o ano de 2008. De janeiro de 2009, até a presente data, a direção pelo professor Sebastião Guimarães Cortes, e como vice a professora Iara Lúcia de Castro Romão.

A escola recebe alunos de todos os níveis econômicos, meio urbano, bairros periféricos e meio rural, possibilitando aos alunos convivência de diferentes meios socioculturais, possibilitando um enriquecimento entre educandos, educadores e profissionais que trabalham na escola.

A escola atende uma demanda de 837 alunos distribuídos em 24 salas de aula, uma média de 35 a 40 alunos por sala. São alunos nas faixas etárias de nove a dezesseis anos, sendo dos anos finais do Ensino Fundamental de 9 anos.

A Escola, além dos turnos da manhã e turno da tarde, disponibiliza o colégio para aulas do Curso do Telecurso 2000, nos cursos do ensino fundamental e ensino médio, que funciona o ano todo no turno da noite, sob a coordenação de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Para o funcionamento e atendimento aos alunos, o colégio conta com uma equipe de colaboradores de 37 professores sendo nas áreas de Matemática, Português, Ciências, História, Geografia, Xadrez, Artes, Literatura, Educação Física, Ensino Religioso e Inglês. Todas habilidades de cursos superiores, graduação e cursando mestrado, sendo habilitados nas disciplinas que ministram.

O corpo administrativo e pedagógico é composto pelo diretor do Colégio; Sebastião Guimarães Cortes, vice-diretora Iara Lucia de Castro Romão, coordenadora pedagógica Dilma das Graças Santos, secretário Alexandre Mangelo Resende e 2 agentes de serviços escolares.

Os trabalhos de manutenção do prédio, limpeza e merenda escolar e desenvolvido por uma equipe de 14 funcionárias.

A escola conta com 1 instrutor de fanfarra, 1 professora de dança e teatro, 2 nutricionistas, 1 profissional de saúde que realiza o trabalho de saúde bucal.

É desenvolvido projetos de esportes nas modalidades de futsal, vôlei, handebol e basquetebol masculino e feminino, extra turno.

O projeto Político Pedagógico é um instrumento teórico metodológico para nortear o trabalho dos educadores visando a aprendizagem dos educandos, mas é flexível de acordo com o desenvolvimento, proporcionando a compreensão do sentido a vida na formação de cidadãos.

### **Regime de Funcionamento**

O ano letivo será de 200 dias de efetivo trabalho, com carga horária anual mínima de 900 horas. A jornada escolar diária de 2ª a 6ª feira para os quatro últimos anos do ensino fundamental. A duração de cada aula ou módulo aula é de 50 minutos.

A escola mantém um sistema contínuo de comunicação com as famílias, comunidade local quanto frequência reuniões e eventos.

### **Justificativa**

Toda escola deve ter um perfil para si mesma e para a comunidade escolar a qual presta serviço, buscando uma identidade e um eixo norteador de princípios e normas que justifiquem a ação pedagógica da escola. O Projeto Político Pedagógico do Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos, idealiza um futuro com amplas perspectivas, com a certeza que seremos bem sucedidos.

O Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos, caminha para as transformações do mundo moderno, buscando superar as necessidades que o mundo moderno exige, com certeza de que a competência de sua administração, do corpo docente, discente e da comunidade que acolherão e executarão a proposta de construção de uma nova escola de qualidade e resultados, com disciplina e organização.

É preciso preparar os educandos para enfrentar os desafios do mundo moderno, possibilitando aos mesmos uma visão de mundo mais ampla e humana. A responsabilidade maior será como educando.

Apesar de vários fatores que interfere na aprendizagem do educando é preciso realizar um bom trabalho junto a comunidade escolar, acreditando, que uma proposta democrática e bem elaborada pela Comunidade Escolar pode mudar a ação educativa em nosso colégio.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

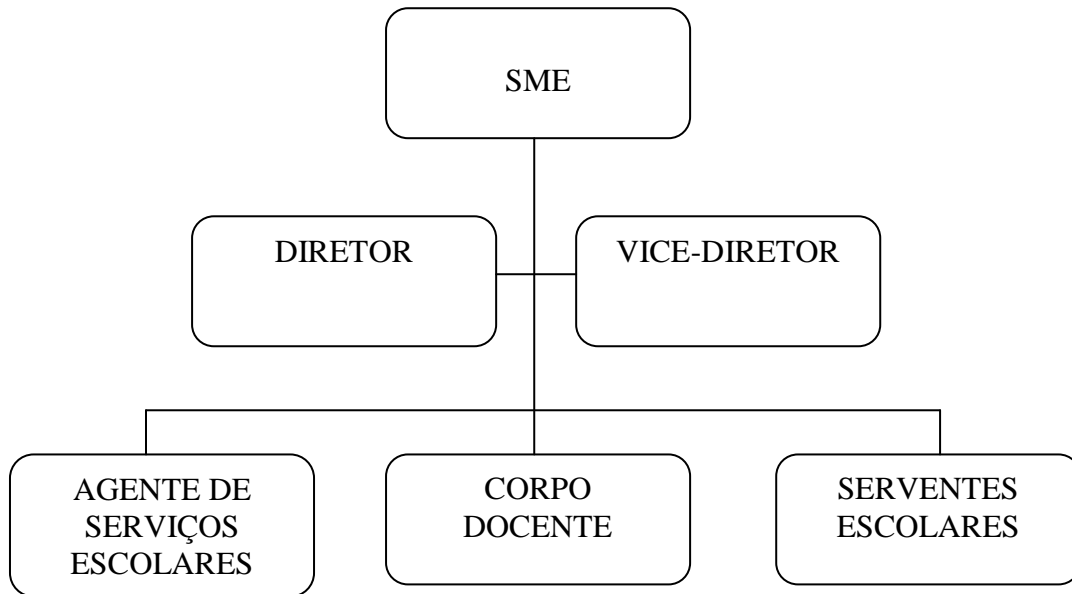
O Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos, inserido no contexto educacional busca constantemente a sua identidade aprimorando suas práticas visando o crescimento integral do aluno com o objetivo de: Satisfazer suas necessidades educacionais, sociais, culturais, profissionais, analisando criticamente todo o empecilho do trabalho, que transformam em, resistência impedindo assim o alcance dos objetivos educacionais visando a realização e formação do aluno.

Não se preocupar apenas com o avanço das tecnologias, mas realçar a transmissão de conhecimentos adquiridos, que garanta ao aluno uma formação pautada em uma consciência crítica e participativa, firmados nos valores sociais morais e éticos. Retratando a escola como uma instituição que visa a qualidade no ensino, educando pelo exemplo de organização, coerência, respeito, dignidade e abraçando a educação como missão de servir o outro.

Implementar as práticas pedagógicas a serviço da formação dos alunos que serão adultos do futuro. Criando na sociedade um sujeito que tenha domínio da linguagem, quer seja oral e escrita, dos princípios científicos e tecnológicos necessários a atualidade que lhe permite adaptar com flexibilidade as situações que forem surgindo. Tornar o aluno capaz de prosseguir seus estudos e de superar e ampliar o conhecimento e visão de mundo.

O compromisso maior do colégio é com a qualidade de aprendizagem de alunos, como objetivo entrega-los a comunidade de forma que eles descubram possibilidades concretas e motivadoras de participação permanente na vida em sociedade e que possam relacionar conhecimento e prática social, de forma educativa, participativa, qualitativa e alinhada com a filosofia e princípios adquiridos.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



O Colégio Municipal Professor Olímpio dos Santos, trabalha sob as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino, envolvendo as equipes de profissionais que atuam, em consonância com a legislação, procurando desenvolver o educando, assegurando-lhe o desenvolvimento da cidadania e a preparação básica, com transparência nas áreas administrativa e pedagógica.

### 2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

As atribuições, direitos e deveres de todos os segmentos que compõem a escola e do colegiado escolar estão definidos no regimento escolar.

#### 2.1.1. Conselho de Classe

Será realizado bimestralmente onde serão discutidos os avanços e fracassos de cada turma. As turmas que apresentar dificuldade na aprendizagem receberão do Serviço de Orientação, da direção em atendimento diferenciado, para tanto será

realizado reuniões com professores, pais e alunos, sendo o tempo despendido pelo corpo docente, computado para efeito do módulo II previsto na legislação.

Compete ao Conselho de Classe:

- Subsidiar a construção do PPP para definições de:
- Metodologias e estratégias de ensino;
- Critério de seleção de conteúdos curriculares;
- Projetos coletivos de ensino e atividades;
- Formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso no ano;
- Sugestão de formas de relacionamento com a família;
- Discussão e estudos da proposta curricular em função dos interesses e necessidades do aluno;
- Adotar medidas e estratégias de acordo com o resultado do conselho de classe;
- Propostas de organização dos estudos complementares e suplementares de acordo com a legislação;
- Participar da organização da grade curricular na época devida.

O Conselho de Classe como órgão legal é de apoio administrativo.

### 2.1.2-Recursos Humanos

A equipe de funcionários do colégio, conta com profissionais habilitados e capacitados para desempenhar seu trabalho com qualidade, buscando soluções conjuntas e articuladas.

Todos os docentes possuem graduação superior específica a cada área de disciplina ministrada, sendo todos efetivos.

### 2.1.3- Espaço Físico do Colégio.

Atualmente o colégio encontra-se em reforma do prédio, ampliando seu espaço físico, salas de aulas; anfiteatro, biblioteca e refeitório.

O colégio conta com doze salas de aulas, oito banheiros, sala de professores, sala de informática, biblioteca, secretaria, orientação, xerox, direção, vice-direção, cantina, quadras esportivas e poliesportivo.

## **2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica**

É papel do gestor e da equipe pedagógica o acompanhamento das atividades docentes, apoiando e incentivando a utilização dos diversos materiais disponíveis na escola e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, elaborando propostas para os estudos monitorados para auxiliar os alunos que ainda não consolidaram as capacidades propostas para cada ano.

### **2.2.1. Dimensão Pedagógica**

A escola dentro de uma visão de qualidade do ensino, contempla em seu processo pedagógico, mudanças que eliminem a cultura da reprovação e de uma educação para a minoria. Por outro lado, incentiva maior comprometimento com o ensino com o ensino aprendizagem adquirindo, transmitindo e produzindo conhecimentos eficazes e capazes de nortear e motivar a caminhada do ser humano para busca de sua auto realização. É necessária a ação reflexiva de toda comunidade escolar focada na transformação e com finalidade de romper com barreiras da educação tradicional. O projeto pedagógico é um instrumento teórico metodológico para nortear o trabalho do professor visando a aprendizagem do aluno, mas é flexível de acordo com o desenvolvimento do educando, propiciando a compreensão do sentido da vida.

### 3. CURRÍCULO

O Ensino Fundamental tem como objetivo oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período escolar obrigatório e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino os alunos prossigam seus estudos alcançando maior nível de escolaridade.

O currículo é composto de uma base nacional comum e parte diversificada associando-lhe aos temas transversais de suma importância para a formação da cidadania do aluno.

Saúde;

Sexualidade;

Vida familiar social;

O meio ambiente;

O trabalho;

As ciências tecnológicas;

A cultura;

As linguagens.

As áreas do conhecimento:

Língua Portuguesa;

Língua Moderna (para população indígena e migrantes);

Matemática;

Ciências;

Geografia;

História;

Língua Estrangeira;

Educação física;

Educação Artística;

Educação Religiosa (na forma do art. 33 da LDB).

As finalidades e objetivos dos níveis e modalidades de educação e de ensino da educação Básica segundo o art. 22 da LDB, são:

- Desenvolver o educando;



- Assegurar-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania;
- Fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, considerando ainda que o ensino Fundamental (art. 32) visa a formação básica do cidadão mediante;
- Desenvolvimento da capacidade de aprender tendo como meios o domínio pleno da leitura da escrita e do cálculo;
- Compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e valores da sociedade;
- O Fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância;
- Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem.

A Base Nacional Comum e a Parte Diversificada supõem no paradigma curricular que articule a Educação Fundamental com a vida cidadã no exercício dos direitos e deveres de pessoas ou instituições da sociedade que em sinergia, se articulam, influem sobre vários aspectos podendo assim viver bem e transformar e melhorar a sociedade.

Do 6º ao 9º ano série, de 200 (duzentos) dias cada um com 4 (quatro) horas aulas e atividades, desenvolvidas em 40 (quarenta) semanas de 5 (cinco) dias de aula de 50 minutos módulo aula.

O Ensino Fundamental compõem-se Base Nacional Comum e Parte Diversificada.

São conteúdos obrigatórios, da Base Nacional Comum:

- Português;
- Matemática;
- Geografia;
- História;
- Ciências Físicas, Biológicas e programas de saúde;
- Artes;
- Educação Física.

Para Base Nacional Comum são reservados 75% de 800 horas-aulas para os conteúdos de cada ano e 25% de 800 horas-aulas para os conteúdos da parte diversificada de cada ano.

A parte diversificada tem como objetivo de enriquecer e complementar a base nacional comum, propiciando a escola a introdução de projetos e atividades do interesse da comunidade. Na parte diversificada será incluído obrigatoriamente a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna.

A Educação Artística como conteúdo específico será ministrado em pelo menos uma série no Ensino Fundamental.

A Educação Religiosa será uma disciplina de matrícula, ministrada além da carga horária de 800hs, com professor específico para ministrar a disciplina nas séries finais do ensino fundamental. Nas séries fundamentais do Ensino Fundamental a Educação Religiosa está dentro da carga horária de 800hs.

A Educação Física é conteúdo obrigatório em todas as séries na educação básica e opcional para os alunos noturno.

### 3.1. Programa de Ensino

São anuais e arquivadas na escola com o serviço Supervisão Escolar, de acordo com os PCNs é flexível a proposta de necessidade na turma, enquanto que o projeto de desenvolvimento tem sua estrutura fundamentada nos programas.

O plano de ensino de cada equipe e professor resulta no trabalho coletivo, envolvendo, as equipes de profissionais que atuam no mesmo ciclo, ano ou área curricular, em consonância com a legislação, procurando desenvolver o educando, assegurando-lhe o desenvolvimento da cidadania e a preparação básica para o trabalho.

### 3.2. Interdisciplinaridade

Será trabalhado dentro dos projetos, adaptando o conteúdo e em cada disciplina, tanto Ensino Fundamental de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série como no Pós-Médio.

Conforme a legislação vigente, as séries ministradas no CMPOS serão assim chamadas:

5ª série – 6º ano

6ª série – 7º ano

7ª série – 8º ano

8ª série – 9º ano

### 3.3. Histórico Escolar

O histórico escolar de responsabilidade da secretaria da escola, compreende o registro de dados de identificação do aluno e sua vida escolar no próprio estabelecimento ou em outras escolas, tanto nacionais quanto estrangeiras. Constará do histórico escolar do aluno, informação sobre o processo de classificação, promoção a que o aluno tenha submetido na escola, incluindo aspectos descritivos do seu desempenho, citando a lei que o regulamenta pelo parecer 1132/97 de CEE no caso de classificação.

No caso de transferência do aluno para outro estabelecimento, o histórico deverá conter informações claras sobre sua vida escolar. Para fim de classificação, recomenda-se a indicação da série a que correspondem os estudos feitos na escola.

O histórico escolar só será válido em formulário próprio que contenha os atos legais da escola, carimbo e assinatura do secretário e diretor da escola, onde se processa a expedição do mesmo. Esse documento não pode conter rasuras e deverá ser expedido quantas vias for solicitado pelo aluno.

### 3.4. Avaliação

A avaliação será contínua, cumulativa e sistematizada. As avaliações apresentadas com cabeçalho padrão.

Serão distribuídos 100 pontos anuais, subdivididos em 4 bimestres no valor de 25 pontos cada. Assim distribuídos:

1º bimestre = 25 pontos

2º bimestre = 25 pontos

3º bimestre = 25 pontos

4º bimestre = 25 pontos

No total de 100 pontos anuais, a escola exige de aproveitamento para aprovação de 50 % e 75 % de frequência da carga horária anual, no ensino fundamental.

Os 25 pontos estão assim distribuídos:

Prova Mensal – 6,0 pontos

Prova Bimestral – 10,0 pontos

A parte qualitativa será no valor de 9,0 pontos (trabalhos, atividades e atitudes).

O aluno que não alcançar 75% de frequência ficará de estudos complementares em todos os conteúdos. A escola adotará no Ensino Fundamental notas de 0 a 100 pontos. No entanto fará conversão quando necessário para conceitos, observando:

0 a 49 – Regular – Conceito C

50 a 69 – Bom – Conceito B

70 a 100 – Excelente – Conceito A

### 3.5. Recuperação e Estudos Autônomos

A recuperação é paralela no decorrer da dificuldade apresentada pelo aluno.

Atendendo aos alunos dentro da Resolução SEE nº 521, de 02 de fevereiro de 2004.

Os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam uma nova oportunidade de aprendizagem aos alunos permitindo-lhes alcançar o desempenho esperado.

Os estudos de recuperação ocorrem concomitantemente ao processo educativo, para garantir ao aluno a superação de dificuldades, no seu percurso escolar.

Ao professor caberá promover a recuperação paralela, ao longo de todo o processo educativo.

Após a conclusão do ano ou período letivo, esta escola oferecerá outras formas de aprendizagem aos alunos que permaneceram com dificuldades, apesar dos estudos paralelos de recuperação já oferecidos.

Os estudos complementares e suplementares obedecerão às normas estabelecidas em regulamentação específica.

As modalidades diferenciadas dos estudos de recuperação oferecidos ao ensino Fundamental assim como a operacionalização de todo o processo, com seus respectivos registros, estão previstos nesta proposta pedagógica.

Outra oportunidade de recuperação dos pontos e conteúdos não obtidos na recuperação paralela ao final do período letivo será ministrada a recuperação e o aluno após estes estudos fará um trabalho no valor de 30 pontos e uma avaliação de 70 pontos, o aluno que atingir uma média de 50 pontos será aprovado.

Caso o aluno não consiga recuperar na oportunidade fará os estudos independentes no período de férias escolares e na primeira semana que antecede o ano letivo fará uma avaliação no valor de 100 pontos, se conseguir uma média de 50 pontos será considerado aprovado.

### 3.6. Dependência

Cumprir-se-á a legislação em vigor de acordo com o Regimento da Escola no Art. 80:

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno já regularmente matriculado na escola, que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas;

A escola não receberá matrícula de alunos, oriundos de outros estabelecimentos de ensino com aprovação parcial.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Nossa escola optará a partir de 2009 pelo ensino em séries assim fundamentado com base na Resolução SEE nº 469 de 22 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, com nove anos de duração nas escolas de Minas Gerais. O ensino fundamental no anos finais corresponderão de 6ª ao 9ª ano hoje com uma nova nomenclatura.

Nos termos da Lei, o ano letivo será de 200 dias de efetivo trabalho escolar, com carga horária anual mínima de 800 horas, excluindo-se o tempo destinado aos recreios e exames finais quando os houver. As 800 horas representam um total anual de 48.000 minutos.

Os planejamentos acontecem nos dias escolares que já são pré-determinados no calendário escolar, o qual é fundamental na organização dos trabalhos escolares, define parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar, nos estabelecimentos de ensino. Determina as datas previstas para o início e o término dos períodos letivos e as demais atividades, conforme legislação específica dos órgãos competentes, sendo elaborado por uma equipe da SME e enviado para as escolas depois de homologado pela SRE. E posterior vigência no colégio.

As reuniões com os pais são realizadas de acordo com a necessidade e na entrega dos resultados bimestrais, estruturando-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas. Em todas as reuniões fica explícito o dever de participar e o direito de falar, expressando suas necessidades, dúvidas, certezas, aprendizados e vivências. Têm o direito de serem ouvidos, respeitados e terem suas opiniões e conhecimentos enfatizados da melhor forma. Sempre acolhidos pelo colégio.

Em relação ao planejamento dos professores, durante o ano letivo sempre há união, articulação e trabalho em grupo entre os professores. Os planos de ensino, planejamentos e projetos são planejados com a legislação vigente e visão atender as principais dificuldades dos alunos em acordo com a realidade. No calendário escolar também consta as datas do planejamento, assim como outro fator importante o dia de conselho de classe.

Neste dia, o colégio em sua estrutura, analisa os avanços dos alunos, o desempenho dos professores e da equipe escolar em geral. O Conselho de Classe é realizado com a missão de aperfeiçoar a prática educativa, através de discussões sobre a disciplina, o comportamento e as dificuldades de cada aluno. Avaliando cada aspecto individualmente, em turma e socialmente, os valores em convivência também contam bastante, principalmente em avaliações comportamentais e psicológicas em aprendizado.

Conceituando primordialmente, a real postura do professor na construção do ensino-aprendizagem, coerência entre prática e a proposta da escola na aproximação e melhor relacionamento entre professor e aluno, e aluno com seu empenho estudantil e social. É imprescindível estes pontos avaliativos em um conselho de classe para o encaminhamento e atendimento diferenciado na recuperação, levantamento de alunos infrequentes e com rendimento insatisfatório, que necessitam de atendimento especial da escola.

Todos os espaços escolares que fazem parte do cotidiano CMPOS, estão a par no calendário do colégio e sempre são lembrados aos alunos, professores, funcionários e sociedade, nos que constam, nos melhores meios encontrados pelo colégio em sua realidade.

## 5. PROCESSO DE DECISÃO

Tomadas de decisão são sempre um obstáculo a serem vencidos e em situação escolar não é diferente, muito pelo contrario a responsabilidade por lidar com concretizações humanas deixa a autonomia mais cautelosa. A escola em sua continuidade terá uma estrutura administrativa democrática, flexível e transparente com a participação de todos os envolvidos no processo com decisões em conjunto para que ocorra satisfação pessoal e social. Dialogo e democracia são os pontos chave na elevação participativa.

Contando que direitos e deveres de todos os segmentos sejam bem delimitados, valorizando o profissional em suas áreas, tende ao maior consenso entre direção e vice-direção, e todos incorporam objetivos e metas em um sendo único, divulgando com clareza, servindo de exemplo, e louvando sempre à cooperação.

Uma direção flexível que ouça e discuta a opinião dos professores, equipe técnica de diretores, vice-diretores e especialistas numa postura consensual em sua tomadas de decisões sendo estas comuns e justificadas ao corpo docente de maneira clara.

Espera-se ainda, a participação de toda equipe numa postura ética, sigilosa, relacionando-se gentilmente com toda clientela embasada num espírito de participação, cooperação, satisfação e realização pessoal com dinamismo e disponibilidade para exercer da melhor forma possível sua função visando melhor integração entre todos garantido assim, o desempenho com eficácia e eficiência dos gestores escolares. Isto como é no presente, e seja para o futuro escolar.



## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Compreender as relações na escola é necessário no sentido de apontar propostas que demonstrem relações que possibilitam a participação de todos alunos, pais, secretarias, professores, diretores, coordenadores etc. A participação acredita-se, é o que torna uma instituição mais democrática, assim faz se urgente rever as relações de poder na escola nas extremidades, como afirma o autor Foucault:

Captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar, captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras do direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga (Foucault, 1979, p.182)

Nas funções existentes, como exemplo de diretor, a questão da administração escolar é algo muito complicado por se terem uma visão ainda que capitalista, como mediadora e dominante. Hoje a busca por esta extinção é continua, e está sendo promissora cada dia mais. As relações de trabalho estão evoluindo e o poder cooperativo esta dominante.

Os funcionários do colégio destinam tempo semanal para capacitação em serviço e trabalho coletivo, debates e trocas de experiências entre profissionais procurando viabilizar a capacitação de seus conhecimentos. O colégio incentiva seus profissionais a participarem de seminários, cursos e grupos de estudos claramente definidos, critérios de participação, atualização e aperfeiçoamento, o que acomoda melhor a todos e diminui as possíveis distancias de saber existentes.

A avaliação de desempenho realizada no colégio tem sido de um instrumento de crescimento profissional, corrigindo eventuais dificuldades surgidas, sendo a avaliação servindo de parâmetro para que a escola desenvolva programas ou ações voltadas à capacitação continuada.

O profissional avaliado participa de sua avaliação, sendo avaliado em sua competência técnica e acadêmica, capacidade de trabalhar coletivamente, relacionamento interpessoal, criatividade, solidariedade, espírito inovador, liderança e respeito a pais, alunos e colegas de trabalho.

O crescimento profissional é incentivador, o colégio atualmente conta com uma relação mútua com funcionários, visitantes, sociedade, alunos, pais, familiares,

secretária municipal, conselho tutelar, superintendência de ensino, sem deixar de citar, o amplo convívio que possui com o poder político da cidade. Todo este amplo círculo de trabalho e amizade se torna facilitado por motivo maior que é o jeito acolhedor do cidadão patrocínense.

## 7. AVALIAÇÃO

A avaliação do ensino fundamental será contínua, cumulativa e sistematizada, em acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser atendido durante o ano letivo; prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, para garantir a aprendizagem.

As avaliações apresentadas com cabeçalho padrão.

Serão distribuídos 100 pontos anuais, subdivididos em 04 bimestres no valor de 25 pontos cada. No total de 100 pontos anuais o aproveitamento para aprovação é de 50 % de média e 75 % de frequência da carga horário anual. Os 25 pontos são assim distribuídos: Prova mensal 06 pontos, prova bimestral 10 pontos, a parte qualitativa será no valor de 09 pontos (trabalhos, atividades e atitudes).

O aluno que não alcançar 75 % de frequência ficará de estudos complementares em todos conteúdos. A escola adotará as notas de 0a 100 pontos, no entanto fará conversão quando necessária para conceitos:

de 0 a 49 regular conceito C;

de 50 a 69 bom conceito B;

de 70 a 100 excelente conceito A.

Alguns pontos importantes serão objetos de avaliação:

- \* A escola tem perfil claramente definido;
- \* Tem diferencial junto a sociedade;
- \* O professor é capaz de definir o diferencial de sua escola;
- \* O projeto político pedagógico conseguiu desenvolver habilidades para a consecução das competências propostas;
- \* A comunidade escolar tem consciência de que tão importante quanto os resultados finais é o processo para alcança-los;
- \* O temas transversais foram vividos na comunidade escolar;
- \* Foram realizados os projetos interdisciplinares;

- \* O conteúdos foram contextualizados;
- \* A transposição dos conteúdos foi clara;
- \* Os conteúdos seguiram objetivamente o prescrito pela lei.

A proposta pedagógica apresenta coesão e flexibilidade possibilitando-nos a adaptação e ajuste a realidade quando necessário for, respeitando a época oportuna para estudo integral ou parcial na contextualização dos conteúdos referentes a comunidade escolar e sua hierarquia, submetendo a alterações solicitadas por órgãos competentes em consonância com a legislação vigente, mediante a aprovação dos citados assinados torne-se documento e entrará em vigor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Proporcionando ao aluno um bom nível de ensino que lhe permita inserir-se no mercado de trabalho, prosseguindo seus estudos, ter sucesso, ser um cidadão, ensinando-lhes conteúdos que seja úteis, vinculados ao seu cotidiano e que se constituam em habilidades.

O ensino será ministrado com base em princípios tornando a escola um referencial em educação, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgando a cultura. Assegurar o trabalho do docente embasado no saber real, sem modismo, incentivando a descobrir e premiar talentos individuais. Respeitando a aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade, valorizando o aluno como principal cliente no conhecimento prévio.

Uma gestão democrática compreende e pensa cotidianamente onde se cria práticas democráticas, envolvendo os alunos, professores e comunidade escolar como também estabelecer relações que possibilitem ampliar os canais de discussões do papel da escola que a comunidade pode exercer.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996 (e atual Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 7ªed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Graal, 1979.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991, 5º ed.

\_\_\_\_\_ Parecer 007 de 2010. que dispõe sobre as novas diretrizes para educação. Disponível em: < [http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007\\_10.pdf](http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007_10.pdf)>

Lei n.º 10172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Documento Regimento Escolar das Escolas Municipais de Patrocínio. 2011.

SILVA, T. T. Documento de identidade: Uma introdução às teorias de currículos. Belo Horizonte – MG, Autentica, 2001.

## Anexos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME PATROCÍNIO/MG

CALENDÁRIO ESCOLAR 2013 - ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL (4 e 5 ANOS)

JANEIRO: 30 dias / férias							FEVEREIRO: 14 dias							MARÇO: 18 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1★	2☹	3☹	4☹	5☹						1	2						1	2
6☹	7☹	8☹	9☹	10☹	11☹	12☹	3	4☾▲	5☺	6♥	7♣	8♣	9	3	4	5	6	7	8	9
13☹	14☹	15☹	16☹	17☹	18☹	19☹	10	11☹	12★	13☹	14	15	16	10	11	12	13	14	15☺	16
20☹	21☹	22☹	23☹	24☹	25☹	26☹	17	18	19	20	21	22	23	17	18	19	20	21	22	23
27☹	28☹	29☹	30☹	31☹			24	25	26	27☼	28☼			24	25	26	27	28☹	29★	30
														31						
ABRIL: 22 dias							MAIO: 21 dias							JUNHO: 20 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1★	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7★	8★	9	10♦	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14♣	15	16	17	18♫	9	10	11	12	13	14	15★
21★	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30★	31☹		23	24	25	26	27	28	29
														30						
JULHO: 10 dias							AGOSTO: 20 dias							SETEMBRO: 21 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6					1♥	2	3	1	2	3	4	5	6	7★
7	8	9	10	11	12♥	13	4	5	6★	7★	8	9	☺10	8★	9	10	11	12	13	14
14	15☹	16☹	17☹	18☹	19☹	20☹	11	12	13	14♣	15★	16☹	17	15	16	17	18	19	20	21
21☹	22☹	23☹	24☹	25☹	26☹	27☹	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28☹	29☹	30☹	31▲★				25	26	27	28	29	30	31	29	30					
OUTUBRO: 22 dias							NOVEMBRO: 20 dias							DEZEMBRO: 12 dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5						1	2★	1	2	3	4	5	6	7
6	7★	8★	9	10	11	12★	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11★	12★	13	14
13	14☹	15	16♣	17	18	19	10	11	12	13	14	15★	16	15	16	17♥	18★	19★	20☾	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23☹	24☹	25★	26☹	27☹	28☹
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29☹	30☹	31☹				

## LEGENDA:

<p>☾ <b>Início e Término do Ano Escolar</b>  ♥ <b>Início e Término do Período Letivo</b>  ✱ <b>Apresentação de Resultados das Avaliações ( Dia letivo e escolar – extra-turno )</b>  ✦ <b>Aplicação de Avaliações de Estudos Independentes – dia letivo</b>  ⊗ <b>Férias e recesso</b>  ▲ <b>Reunião Técnico / Administrativa – Pedagógica</b>  🎵 <b>Sábado letivo</b></p>	<p>♦ <b>Dia Letivo e alusivo a Família/ Lei Municipal N° 322/99 ( Dia Letivo e Escolar-Extra turno)</b>  ✪ <b>Conselho de Classe (Dia letivo e escolar – extra-turno)</b>  ✧ <b>Aplicação das Avaliações Diagnósticas e dia letivo</b>  * <b>Dia Escolar</b>  ⊙ <b>Planejamento ( Dia Escolar)</b>  ★ <b>Feriados Nacionais, Municipais e Religiosos</b>  Ω <b>Estudos orientados presenciais ( Dia Escolar)</b></p>																																																																																																																																															
<i>INDICADORES FIXOS</i>	<i>QUADRO DEMONSTRATIVO</i>																																																																																																																																															
<p>Ano letivo: 2013  1º Semestre letivos: 105  2º semestre letivo: 95  Férias e recessos: 60  Dias escolares: 9  Dias letivos semanais: 5  Dias letivos anuais: 200  Semanas letivas: 40</p>	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <thead> <tr> <th></th> <th><i>Fev</i></th> <th><i>Mar</i></th> <th><i>Abr</i></th> <th><i>Mai</i></th> <th><i>Jun</i></th> <th><i>Jul</i></th> <th><i>Ago</i></th> <th><i>Set</i></th> <th><i>Out</i></th> <th><i>Nov</i></th> <th><i>Dez</i></th> <th><i>Tot</i></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>2ª</i></td> <td>2</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>3</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td><i>3ª</i></td> <td>2</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>4</td> <td>3</td> <td>41</td> </tr> <tr> <td><i>4ª</i></td> <td>3</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td><i>5ª</i></td> <td>4</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td><i>6ª</i></td> <td>3</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>2</td> <td>38</td> </tr> <tr> <td><i>Sáb.</i></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> </tr> <tr> <td><i>Total</i></td> <td>14</td> <td>18</td> <td>22</td> <td>21</td> <td>20</td> <td>10</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> <td>20</td> <td>12</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td colspan="6"><i>Reposição:</i></td> <td colspan="7"></td> </tr> <tr> <td colspan="6"><i>9 / 07 / 2013</i></td> <td colspan="7"><i>6ª feira</i></td> </tr> <tr> <td colspan="6"><i>18 / 05 / 2013</i></td> <td colspan="7"><i>6ª feira</i></td> </tr> </tbody> </table>		<i>Fev</i>	<i>Mar</i>	<i>Abr</i>	<i>Mai</i>	<i>Jun</i>	<i>Jul</i>	<i>Ago</i>	<i>Set</i>	<i>Out</i>	<i>Nov</i>	<i>Dez</i>	<i>Tot</i>	<i>2ª</i>	2	4	5	4	4	2	4	5	3	4	3	40	<i>3ª</i>	2	4	5	4	4	2	4	4	5	4	3	41	<i>4ª</i>	3	4	4	4	4	2	4	4	5	4	2	40	<i>5ª</i>	4	3	4	4	4	2	4	4	5	4	2	40	<i>6ª</i>	3	3	4	4	4	2	4	4	4	4	2	38	<i>Sáb.</i>				1								1	<i>Total</i>	14	18	22	21	20	10	20	21	22	20	12	200	<i>Reposição:</i>													<i>9 / 07 / 2013</i>						<i>6ª feira</i>							<i>18 / 05 / 2013</i>						<i>6ª feira</i>						
	<i>Fev</i>	<i>Mar</i>	<i>Abr</i>	<i>Mai</i>	<i>Jun</i>	<i>Jul</i>	<i>Ago</i>	<i>Set</i>	<i>Out</i>	<i>Nov</i>	<i>Dez</i>	<i>Tot</i>																																																																																																																																				
<i>2ª</i>	2	4	5	4	4	2	4	5	3	4	3	40																																																																																																																																				
<i>3ª</i>	2	4	5	4	4	2	4	4	5	4	3	41																																																																																																																																				
<i>4ª</i>	3	4	4	4	4	2	4	4	5	4	2	40																																																																																																																																				
<i>5ª</i>	4	3	4	4	4	2	4	4	5	4	2	40																																																																																																																																				
<i>6ª</i>	3	3	4	4	4	2	4	4	4	4	2	38																																																																																																																																				
<i>Sáb.</i>				1								1																																																																																																																																				
<i>Total</i>	14	18	22	21	20	10	20	21	22	20	12	200																																																																																																																																				
<i>Reposição:</i>																																																																																																																																																
<i>9 / 07 / 2013</i>						<i>6ª feira</i>																																																																																																																																										
<i>18 / 05 / 2013</i>						<i>6ª feira</i>																																																																																																																																										